Do preconceito à intolerância: *quando se rouba a humanidade do outro.*

Regina Herzog

Fernanda Pacheco-Ferreira

Gostaria de iniciar dizendo que o tema proposto por este Congresso nos é muito caro. É um tema abordado em vários trabalhos apresentados em nosso Programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste sentido, podemos afirmar que a psicanálise vem participando, juntamente com outros campos do saber (antropologia, sociologia, biologia entre tantos) da discussão de temas que se inserem na proposta deste congresso – as figuras atuais da violência. O que torna esta discussão singular é a dificuldade de se dar conta destas questões a partir de uma só perspectiva.

Ainda assim, vamos nos aventurar a mostrar o que consideramos que a psicanálise tem a contribuir neste campo. Para tanto, escolhemos trazer para a discussão duas figuras – preconceito e intolerância – concebendo-as como o solo, a base do que designaríamos como “o imperialismo da violência”. E a contribuição, segundo nosso entender, não se restringe a oferecer uma trama conceitual com a pretensão de explicar ou justificar o porque ou o como se dá a violência. Consideramos relevante pensar qual o papel da psicanálise, qual sua função diante do quadro atual de incremento do ódio, do preconceito e da impossibilidade de ouvir e até de suportar o outro. Feitas estas ressalvas, cabe dizer, de saída, que o que está em jogo para que as situações de violência tenham lugar, na atualidade, é primeiramente, o fato de que se subtrai do indivíduo sua humanidade. Em seguida, o fato de que ‘se considera’ ou ‘se decide’ que algumas vidas não valem como vida, ou seja, não se trata somente de ‘desconsiderar’ o indivíduo, mas de desvalorizar tudo o que designamos como mundo - a natureza, a fauna, a flora, o homem... Estamos sendo roubados do ar que respiramos e nos mantém vivos.

Um outro ponto merece relevo. De acordo com a perspectiva psicanalítica, isto ocorre como efeito de um processo que vai do preconceito à intolerância. E se baseia em uma consideração de Freud - consideração que atravessa sua obra, extraída de sua experiência clínica: a de que para o homem que vive em sociedade, é muito difícil conviver com o outro, ou mesmo reconhecer a diferença. E mais, Freud afirma ser um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são quase sempre resolvidos pelo uso da violência. Em um texto intitulado *Por que a guerra* (Freud, 1932) que é uma resposta a Einstein, Freud diz estar certo de que o instinto agressivo que caracteriza o homem opera em todas as instâncias – em tempos precedentes, nas guerras civis devido à intolerância religiosa e, em sua época (início século XX), devido a fatores sociais, nas perseguições a minorias raciais, etc...

Sem dúvida, ele reconhece aí tratar-se de um problema social. E esta é a grande inovação da psicanálise - inovação que insere Freud como um pensador da cultura: a psicanálise não desvincula o sofrimento psíquico vivido pelo indivíduo do contexto em que ele tem lugar. Isto fica claro no próprio título de um artigo de 1908, *A moral sexual ‘civilizada’ e a doença nervosa moderna:* há uma relação direta entre uma e outra. Concebendo que o psiquismo só se constitui na relação com o outro e que o sujeito não é uma mônada fechada, não havia como Freud se restringir a tratar apenas do indivíduo. Para Freud, o sujeito é, antes de tudo, um sujeito social. E neste registro, faz todo o sentido quando diz, em outro momento de sua obra, que não há uma divisão rígida entre a psicologia individual e a psicologia social: “na vida psíquica do indivíduo considerado isoladamente o outro intervém regularmente como modelo, objeto, suporte ou adversário, por este fato a psicologia individual é ao mesmo tempo e simultaneamente uma psicologia social” (Freud, 1921/1997, p. 124). O outro é um personagem importante nesta dinâmica.

Feita esta observação preliminar, vamos tentar dissecar no título proposto o que entendemos como preconceito. Entre os vários sentidos que encontramos nos dicionários ofertados pela internet, extraímos dois que consideramos caber aqui: (1) qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico; (2) sentimento hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio. Em qualquer dos dois sentidos, a definição se refere a um comportamento humano. O grande perigo aqui é que, ao tentar compreender/explicar ou justificar as motivações/ as raízes que levam a este comportamento, pode-se incorrer em um duplo erro. O primeiro erro é tentar mostrar que traços e características inerentes ao psiquismo humano são os ‘culpados’/ os responsáveis por determinadas ações. O que muitos chamam de traços de caráter. O segundo é situar no social a culpa por atitudes preconceituosas, seja porque a sociedade é por demais repressora, ou por demais libertária, ou ainda em função dos avanços da tecnologia que tomaram conta do mundo, impedindo encontros, criando desencontros, e assim por diante...

Qualquer dessas alternativas me parecem problemáticas, justamente porque em ambas parece estarmos à cata de um culpado. E quando de um lado se tem um culpado, de outro se tem, sempre, uma vítima. Nos dias de hoje, esta relação algoz/vítima tem tomado as páginas dos jornais, e somos levados, muitas vezes de forma ingênua, não só a nos posicionar como também a defender com unhas e dentes o que achamos ser ‘o lado da verdade’. Nesta dinâmica, a vitimização acaba sendo o palco que serve para justificar quase todo tipo de ação – pacífica ou violenta.

Em lugar disso, ao invés de considerar que o preconceito nasce da luta entre 2 forças opostas (sociedade x indivíduo, ou, em termos psicanalíticos, ordem social x forças pulsionais, em suma, da luta entre um fora e um dentro), seria mais fecundo pensarmos em termos de uma relação entre o que imagino ser e o que rejeito ser.

Vejamos como é possível depreender esta ideia a partir da psicanálise: o que faz com que viver em sociedade acarrete tanto mal-estar? De acordo com o pensamento freudiano, o indivíduo tem de si próprio uma imagem unificada que lhe confere uma identidade, o que vai ser designado como narcisismo. A partir deste narcisismo, o que difere de mim é vivido como ameaçador para a minha integridade. E isto se dá porque é justamente a partir do outro que posso construir a meu respeito uma imagem unificada. Para isso, me obrigo a expulsar de mim mesmo tudo o que poderia manchar essa imagem unificada. Daí nasce, para a psicanálise, o preconceito, através da noção cunhada por Freud em 1918 (*O tabu da virgindade*) de ‘narcisismo das pequenas diferenças’: é justamente nas pequenas diferenças entre os indivíduos, a despeito da semelhança em todo o resto, que se fundamentam os sentimentos de estranheza e hostilidade entre eles.

Em outras palavras, trata-se, aí, da relação do indivíduo com o seu “semelhante.” E o narcisismo das pequenas diferenças, neste contexto, vai ter como função garantir/preservar a unidade do Eu (Reino & Endo, 2011).

Em 1921, no texto *Psicologia das massas e análise do Eu*, Freud vai se servir de uma parábola de Schopenhauer sobre a sociedade de porcos-espinhos para explicitar o narcisismo das pequenas diferenças. Conto aqui rapidamente a parábola: em um dia gelado de inverno os membros desta sociedade se juntaram para se aquecer e não morrer de frio. Porém logo sentiram os espinhos uns dos outros e tiveram que se distanciar. Quando a necessidade de se aquecerem os fez voltarem a se juntar, a situação se repetiu. Assim, depois desta dupla desgraça se repetir, eles acabam por encontrar uma solução: estabelecer um distanciamento moderado que lhes permitisse passar o melhor possível (ou o menos pior possível) entre as duas situações. Nem tanto frio, nem tantas espetadelas.

Freud pretende, com essa parábola, falar do modo como os seres humanos se comportam afetivamente entre si. Se, por um lado, o ser humano precisa do outro (para se aquecer), em contrapartida este outro pode feri-lo por suas características tão semelhantes às que o sujeito procurou expulsar de si; da mesma forma como ele próprio também pode ferir o outro. O que Freud depreende daí é que quase toda relação sentimental íntima e prolongada entre duas pessoas (matrimônio, amizade, vínculo entre pais e filhos) implica, além de sentimentos positivos, em um precipitado de afetos de aversão e hostilidade vividos em algum momento da nossa formação. Tais afetos só não são percebidos porque são recalcados. Ou seja, este precipitado é efeito de um processo que visa manter no inconsciente ideias e representações que foram rechaçadas da consciência por causar desprazer ou, acompanhando a parábola, porque se não forem rechaçadas não terei como me aproximar dos outros e me esquentar. Mas como tudo que é recalcado pressiona por vir à tona, insiste em emergir e de fato o faz de forma dissimulada, a hostilidade vai se apegar justamente na pequena diferença do outro para vir à tona. Porém qual é esta pequena diferença? Afinal, somos todos porcos espinhos....

Freud radicaliza ainda mais a situação do narcisismo das pequenas diferenças. Ele vai se dar conta de que, em certas situações, os espinhos interpessoais parecem sumir. Ou seja, esta aversão mútua, esta hostilidade é suspensa. E isto ocorre na formação das massas – nela os indivíduos se conduzem como se fossem homogêneos, suportam a especificidade/a diferença do outro, igualam-se a ele e não sentem repulsa por ele (são irmãos indiferenciados). Onde está, então, o narcisismo das pequenas diferenças? Como manter o amor de si quando esses espinhos interpessoais parecem sumir? Estaríamos falando de um sentimento de amor entre todos? Freud vai dizer que não. De fato, estes espinhos vão “retornar” nas relações intergrupais. Vários exemplos mostram isso: etnias aparentadas que se repelem, famílias que se unem por casamento (uma se acha melhor que a outra), o inglês que fala mal do escocês, e por aí vai. (1921/2011)

Mas também em outras situações, como quando ocorrem as grandes catástrofes, a hostilidade é suspensa: a fome pode agrupar sujeitos por mais diferentes que sejam entre si. (1912/2006).” Ou seja, a solidariedade humana só aparece na base da pressão e da necessidade. Aos que creem que o homem, em sua essência, é bom por natureza, Freud retrucaria: será mesmo?

Em *O mal-estar na cultura* (1930/1976), ao refletir se bondade ou maldade seriam inerentes ao humano, Freud aborda novamente o narcisismo das pequenas diferenças. Neste momento, ele afirma que o ser humano possui dois impulsos básicos: os impulsos sexuais e os impulsos destrutivos, e defende a ideia de que o homem precisa se submeter a uma dupla renúncia: à realização imediata das pulsões sexuais e às pulsões destrutivas (pulsão de morte). Com relação a estas últimas, considera que existem algumas situações nas quais a tendência à agressão pode ser ‘descarregada’; e, dentro das situações que enumera, refere-se à questão do *narcisismo das pequenas diferenças*.

Distintamente do que vinha falando com relação ao narcisismo das pequenas diferenças, Freud não está se referindo à unificação do eu ou de um grupo, como nos textos anteriores (1918 e 1921). Não é da unidade do eu ou do grupo que se trata. O que passa a ser colocado em relevo é a exclusão, a rejeição do outro... chegando a considerar que um grupo poder se unir pelo amor, desde que restem outros indivíduos para que se exteriorize a agressividade. Ou seja, o que une não é mais a necessidade de se aquecer que une.

Assim, em 1921, o grupo se une em torno de um objeto que é colocado como um ideal, fazendo com que uns se identifiquem com os outros (como irmãos indiferenciados). Ou seja, o conjunto de indivíduos possui um líder - religioso, político, etc... – e este líder é idealizado.

Já em 1930, a união dos indivíduos entre si vai funcionar como um pretexto para o exercício da destrutividade. A união vai permitir a hostilização dos que não pertencem ao grupo, em função de uma tendência destrutiva.

Antes de passarmos para a questão da intolerância como efeito gerado pelo preconceito, é importante apontar quais são os marcadores da diferença que se expressam neste narcisismo das pequenas diferenças. Dentre os que mais vemos operando, podemos apontar a sexualidade, o gênero, a classe, a raça, a religião. Marcadores que vão funcionar, na perspectiva da psicanálise, com o objetivo maior de preservar as identidades, não permitindo que se sintam ameaçadas.

Um outro aspecto marcante: ao falarmos da dificuldade de o homem se relacionar com o diferente, cabe lembrar que se trata de pequenas diferenças, e não de diferenças radicais; traços da diferença que, no fundo, vão remeter a algo do próprio sujeito. Aquilo que Freud vai chamar de ‘estranho familiar’, algo que remonta a um secretamente familiar que foi recalcado e retorna distorcido (Freud,1919/1996). Ilustrando o que quer dizer com a sensação de estranhamento, Freud conta sua própria experiência: ao se ver inadvertidamente refletido em um espelho, pensa tratar-se de outra pessoa e, pior ainda, antipatiza com a figura que vê.

A partir destas considerações, constatamos que o narcisismo das pequenas diferenças cria impasses com relação à aceitação do outro - a dita diferença que, frequentemente, é bem mais semelhante a nós do que podemos supor.

Mas o que pode decorrer daí? O que a coesão de características e traços comuns causa ou pode causar? Vejamos a formação de um grupo em torno de uma bandeira comum ou de características semelhantes, como por exemplo, o caso de um grupo de mulheres lutando contra o patriarcado. Este grupo pode se aferrar a uma luta específica, secundarizando outras questões como alvo de sua luta, tais como o colonialismo, o racismo ou o capitalismo, sem perceber o quanto essas questões estão conectadas à sua bandeira. Outro exemplo seria o de um sindicato que pretende lutar contra o capitalismo deixando de lado o racismo, o patriarcado, e assim por diante...

Diante disso, fica a indagação - estes grupos não acabariam por gerar um individualismo exacerbado, provocando, com isso, um narcisismo das pequenas diferenças? Vejam bem, não é que a luta das mulheres não seja legítima, mas ela deve levar em conta outras lutas com as quais tem afinidades. Judith Butler (2006) considera que a luta das mulheres só tem sentido se também se articular com a luta dos negros, dos homossexuais, etc. o que ela designa como perspectiva interseccional – na qual se sugere que diferentes categorias interagem em níveis múltiplos e simultâneos.

Optar por uma luta específica nos parece ser da ordem de um essencialismo da diferença; ou seja, ao se levar em conta um marcador específico da diferença, acaba-se criando um grupo identitário, grupo este que pode se sentir vitimizado, devotando ao outro um ódio, um ressentimento muito próximo daquele que seus próprios membros sofreram.

Ora, conforme aponta Mbembe (2014) o desejo de diferença, ao levar à criação de um grupo, emerge de uma experiência de discriminação, de exclusão; sua formação se deve justamente ao fato de que seus membros não foram incluídos, reconhecidos como tendo direitos. O estabelecimento deste grupo não significa necessariamente um ‘querer ter poder’, ‘querer acabar com o outro’; seu propósito pode ter a ver com querer ser protegido, querer se preservar de um perigo. Para Mbembe, é válido proclamar a diferença, desde que esta proclamação se configure como um projeto no qual a humanidade de cada um não é roubada. É justamente aí que pode residir a passagem do preconceito para a intolerância – quando se rouba a humanidade do outro, pois se passa a desconsiderar o outro, a vida do outro não tem valor; todavia, ainda assim ela se constitui como uma ameaça à minha vida na medida em que ela reivindica um lugar, um direito.

Assim, quando se radicaliza o narcisismo das pequenas diferenças nestas práticas de exclusão, estigmatização, inferiorização e/ou discriminação, desembocamos na intolerância, intolerância em relação à alteridade. Todavia, ainda que a intolerância se funde na impossibilidade de convívio do sujeito e do grupo social com a diferença do outro, não podemos dizer que tudo se resolve ao simplesmente aceitarmos a diferença do outro. O clichê “Viva a Diferença!” é tão perigoso quanto o seu oposto, “Somos todos iguais!” O que realmente está em jogo é o paradoxo existente entre o que sou e o que o outro é: o outro é um estranho familiar. Daí podermos dizer que a diferença que ameaça, que incomoda, é justamente a diferença que cada um carrega dentro de si próprio. O diferente é o estrangeiro dentro de cada um de nós.

Nesta perspectiva podemos registrar que, na atualidade, o movimento nascido da necessidade de tolerância a todas as diferenças, o famoso “politicamente correto”, contrário ao racismo e ao fascismo, está a ponto de se tornar uma nova modalidade de fundamentalismo.

De tudo o que dissemos até aqui, parece ficar patente que preconceito e intolerância são ideias bastante controversas: preconceito não é algo inato nem determinado pelos ditames da sociedade; ser tolerante pode ser tão perigoso quanto ser intolerante. Os preconceitos que, de um lado, parecem existir em nome da preservação da identidade, podem, quando exacerbados, se tornar bastante perigosos; por sua vez, a tolerância exacerbada pode acabar se transformando em uma intolerância ímpar.

Resta abordar o aspecto clínico que caracteriza a contribuição psicanalítica a esta questão. Como lidar com situações nas quais que a intolerância impera, fruto de um preconceito exacerbado? Ou com circunstâncias nas quais um excesso de tolerância desemboca em uma submissão total, anulando o sujeito? Ambas as situações acabam por gerar violência. Quais antídotos utilizar? De saída, podemos dizer que a psicanálise não possui um remédio para isso. Mas quando se diz que a psicanálise tem como objeto de investigação os fenômenos inconscientes, e que o processo analítico nos leva a reconhecer em nós mesmos essa zona de desconhecimento remetida aos desejos inconscientes, um grande passo está dado.

O preconceito nasce da dificuldade de vislumbrar e aceitar que não somos senhores em nossa própria casa. Sendo acossados por este não-saber, ficamos sem saber tanto do que seremos capazes, quanto do que o outro é capaz. Neste sentido, somos abertos para o que pode vir de nós e do outro, e que pode ser deveras estranho e destrutivo.

Este é outro modo de indicar o quanto somos vulneráveis. O fato de que o outro pode me causar dano, e que isso pode gerar medo e dor é uma realidade, mas não significa necessariamente que a reação a isto deva ser a intolerância em relação ao outro e, consequentemente, a violência como represália. Significa, sim, que minha vida depende de outros (que podem me ferir, assim como posso feri-los), e não há nada que eu possa fazer para evitar este risco, nada pode me libertar disto. Nisto consiste a minha humanidade e esta é a humanidade do outro.

A luta a ser travada deve ser a luta pelo reconhecimento de que a existência do sujeito (tanto a minha quanto a do outro) é uma existência vulnerável. Reconhecimento que diz respeito a ser visto, ouvido, considerado, respeitado. Ser reconhecido na sua condição de sujeito, na sua humanidade. Isso é bem diverso, mais difícil e mais complexo do que reconhecer a identidade do outro. De fato, o que as políticas identitárias contemporâneas têm feito é justamente reconhecer as identidades sexuais, étnicas, culturais, acabando por atribuir a condição de vítima a estas identidades. Por exemplo, o que está em jogo com relação às cotas raciais e sociais (nas universidades ou no mercado de trabalho) não é reconhecer a identidade racial ou social de alguém; o que está aí implicado é a necessidade de uma restituição e reparação da humanidade daqueles indivíduos. O que foi negado, nestes casos, foram as mesmas oportunidades. Esta é a raiz da intolerância: se confere menos oportunidades em consequência de conceber o outro como menos que humano (quase um não-humano, um bárbaro, um primitivo).

Para Judith Butler (2006), o processo de reconhecimento da alteridade do outro se dá a partir do reconhecimento de uma alteridade de si, de sua própria vulnerabilidade. Por isso não basta ver o outro como diferente, pois este diferente pode ser interpretado como estrangeiro, tornando-se odiado, execrado, ameaçador. Todas as vezes em que sou intolerante com o outro estou negando tanto a minha vulnerabilidade, tanto a minha quanto a do outro. Nestes termos, pensar o laço social (laço entre os porcos-espinhos que somos) como um laço pela vulnerabilidade pode se constituir com um antídoto. Esta é a condição para se pensar uma via possível de convivência.

Na clínica, não se trata de varrer de nosso campo nossos desejos e nossos afetos, quaisquer que sejam eles. Reconhecer o preconceito no humano é dar existência a nossa humanidade. Com uma ressalva importante: reconhecer não é aceitar. Concluo, aqui com as palavras de Butler (2006): “Demandar reconhecimento ou oferecê-lo não significa pedir que se reconheça o que cada um já é. Significa invocar um devir, instigar uma transformação, exigir um futuro”(p.72).

Del prejuicio a la intolerancia: cuando se roba la humanidad del otro

Regina Herzog

Fernanda Pacheco-Ferreira

A mí me gustaría empezar diciendo que tenemos mucho aprecio por el tema propuesto por esto Congreso. Es un tema abordado en muchos trabajos presentados en nuestro Programa de postgrado en Teoría Psicoanalítica de la Universidade Federal do Rio de Janeiro. Así podemos afirmar que el psicoanálisis viene participando, juntamente con otros campos del saber (antropología, sociología, biología, entre otros) de la discusión de temas que se insertan en la propuesta de este congreso – las figuras actuales de la violencia. Lo que torna esta discusión singular es la dificultad de darse cuenta de estas cuestiones a partir de una sola perspectiva.

Así mismo, vamos a aventurarnos a presentar lo que consideramos que el psicoanálisis tiene a contribuir para este campo. Para esto, elegimos traer para la discusión dos figuras – prejuicio e intolerancia – concibiéndolas como el suelo, la base de lo que designaríamos como “el imperialismo de la violencia”. Y la contribución, según nuestra comprensión, no se restringe a ofrecer una trama conceptual con la pretensión de explicar o justificar lo por qué o el cómo se pasa la violencia. Consideramos relevante pensar cual es el papel del psicoanálisis, cuál es su función delante del cuadro actual de incremento de odio, del preconcepto y de la imposibilidad de escuchar y mismo soportar el otro. Hechas estas reservas, cabe decir, de salida, que lo que está en juego para que las situaciones de violencia tengan lugar, en la actualidad, es primeramente el facto de que se sustrae del individuo su humanidad. En seguida, el facto de que “se considera” o “se decide” que algunas vidas no valen como vida, o sea, no se trata solamente de “desconsiderar” el individuo, pero de desvalorizar todo lo que designamos como mundo – la naturaleza, la fauna, la flora, el hombre… Estamos siendo robados del aire que respiramos y nos mantiene vivos.

Otro punto merece destaque. De acuerdo con la perspectiva psicoanalítica, esto ocurre como efecto de un proceso que va desde el prejuicio a la intolerancia. Y se basa en una consideración de Freud – consideración que traversa su obra, extraída de su experiencia clínica: la de que para el hombre que vive en sociedad, es muy difícil convivir con el otro, o mismo reconocer la diferencia. Además, Freud afirma ser un principio general que los conflictos de intereses entre los hombres son casi siempre resueltos por el uso de la violencia. En un texto titulado *Por qué la guerra?* (1933/1976) que es una respuesta a Einstein, Freud dice estar seguro de que el instinto agresivo que caracteriza el hombre opera en todas las instancias - en tiempos anteriores, en las guerras civiles debido a la intolerancia religiosa y, en su época (principios del siglo XX), debido a factores sociales, en las persecuciones a minorías raciales, etc...

Sin duda, él reconoce que esto se trata de un problema social. Y esta es la grande innovación del psicoanálisis - innovación que considera Freud un pensador de la cultura: el psicoanálisis no desvincula el sufrimiento psíquico vivido por el individuo del contexto en que tiene lugar. Esto se queda claro en el propio título de un artículo de 1908, *La moral sexual 'civilizada' y la enfermedad nerviosa moderna*: hay una relación directa entre una y otra. Considerando que el psiquismo sólo se constituye en la relación con el otro y que el sujeto no es una mónada cerrada, no había como Freud limitarse a tratar sólo del individuo. Para Freud, el sujeto es, ante todo, un sujeto social. En este registro, hace todo el sentido cuando dice, en otro momento de su obra, que no hay una división rígida entre la psicología individual y la psicología social: "en la vida psíquica del individuo considerado aisladamente el otro interviene regularmente como modelo, objeto, el apoyo o el adversario, por este hecho la psicología individual es al mismo tiempo y simultáneamente una psicología social" (Freud, 1921/1997, p. 124). El otro es un personaje importante en esta dinámica.

Hecha esta observación preliminar, vamos a analizar lo que entendemos como prejuicio, presente en el título. Entre los muchos significados que podemos encontrar en los diccionarios online, extraemos dos que consideramos pertinentes: (1) cualquier opinión o sentimiento concebido sin examen crítico; (2) sentimiento hostil, asumido como consecuencia de la generalización apresurada de una experiencia personal o impuesta por el medio. En cualquier uno de los dos sentidos, la definición se refiere a un comportamiento humano. El gran peligro aquí es que, al intentar comprender / explicar o justificar las motivaciones / las raíces que conducen a este comportamiento, se puede incurrir en un doble error. El primer error es intentar mostrar que rasgos y características inherentes al psiquismo humano son los 'culpables' / los responsables de ciertas acciones. Lo que muchos llaman rasgos de carácter. El segundo es situar en el social la culpa por actitudes preconcebidas, sea porque la sociedad es demasiado represora, o demasiado libertaria, o aún en función de los avances de la tecnología que dominarán el mundo, impidiendo encuentros, creando desencuentros, y así sucesivamente.

Cualquier una entre esas alternativas me parecen problemáticas, precisamente porque en ambas parece que estamos a la cata de un culpable. Y cuando de un lado hay un culpable, de otro hay siempre una víctima. En los días de hoy, esta relación atormentador / víctima domina las páginas de los periódicos, y somos llevados, muchas veces de forma ingenua, no sólo a posicionarnos como también a defender con uñas y dientes lo que creemos ser 'el lado de la verdad’. En esta dinámica, la victimización se torna el escenario que sirve para justificar casi todo tipo de acción - pacífica o violenta.

En lugar de considerar que el prejuicio nace de la lucha entre dos fuerzas opuestas (sociedad x individuo, o, en términos psicoanalíticos, orden social x fuerzas pulsionales, en suma, de la lucha entre un exterior y un dentro), sería más fecundo pensar en términos de una relación entre lo que imagino ser y lo que rechazo ser.

Veamos cómo es posible deducir esta idea a partir del psicoanálisis: ¿qué hace con que vivir en sociedad traga tanto malestar? Según el pensamiento freudiano, el individuo tiene de sí mismo una imagen unificada que le confiere una identidad, lo que va a ser designado como narcisismo. A partir de este narcisismo, lo que difiere de mí es entendido como amenazador para mi integridad. Y esto ocurre porque es justamente a partir del otro que puedo construir sobre mí una imagen unificada. Para eso, me obliga a expulsarme de mí mismo todo lo que podría manchar esa imagen unificada. De ahí nace, para el psicoanálisis, el prejuicio, a través de la noción acuñada por Freud en 1918 (*Tabú de la virginidad*) de 'narcisismo de las pequeñas diferencias': es justamente en las pequeñas diferencias entre los individuos, a pesar de la semejanza en todo lo demás, que se fundamentan los sentimientos de extrañeza y hostilidad entre ellos (Reino & Endo, 2011).

En otras palabras, se trata, entonces, de la relación del individuo con su "semejante." Y el narcisismo de las pequeñas diferencias, en este contexto, va a tener la función de garantizar / preservar la unidad del Yo.

En 1921, en el texto *Psicología de las masas y análisis del Yo*, Freud utilizará una parábola de Schopenhauer sobre la sociedad de puerco espinos para explicitar el narcisismo de las pequeñas diferencias. Cuento aquí la parábola: en un día helado de invierno los miembros de esta sociedad se juntaran para calentarse y no morir de frío. Pero pronto se sintieron las espinas unos de los otros y tuvieron que distanciarse. Cuando la necesidad de calentarse los hizo volver a unirse, la situación se repitió. Así, después que esta doble desgracia se repite, terminan por encontrar una solución: establecer un distanciamiento moderado que les permitiese pasar lo mejor posible (o lo menos peor posible) entre las dos situaciones. No tanto frío, ni tantas recostadas. Freud pretende, con esta parábola, hablar sobre cómo los seres humanos se comportan afectivamente entre sí. Si, por un lado, el ser humano necesita del otro (para calentarse), en contrapartida éste otro puede herirlo por sus características tan semejantes a las que el sujeto intentó expulsar de sí; de la misma forma que él mismo también puede herir al otro.  
Lo que Freud desprende de esto es que casi toda relación sentimental íntima y prolongada entre dos personas (matrimonio, amistad, vínculo entre padres e hijos) implica, además de sentimientos positivos, en un precipitado de afectos de aversión y hostilidad vividos en algún momento de nuestra formación. Estos afectos sólo no se perciben porque son reprimidos. O sea, este precipitado es efecto de un proceso que pretende mantener en el inconsciente ideas y representaciones que fueron rechazadas de la conciencia por causar displacer o, acompañando la parábola, porque si no se rechazan no tendré como acercarme a los demás y me calentar. Pero como todo lo que es reprimido presiona por venir a la superficie, insiste en emerger y lo hace de forma encubierta, la hostilidad se aferra justamente en la pequeña diferencia del otro a venir a la superficie. ¿Pero cuál es esta pequeña diferencia? Después de todo, somos todos puercos espinos…

Freud radicaliza todavía más la situación del narcisismo de las pequeñas diferencias. Se dará cuenta de que, en ciertas situaciones, las espinas interpersonales parecen desaparecer. Es decir, esta aversión mutua, esta hostilidad es suspendida. Y esto ocurre en la formación de las masas - en ella los individuos se conducen como si fueran homogéneos, soportan la especificidad / la diferencia del otro, se igualan a él y no sienten repulsa por él (son hermanos indiferenciados). ¿Dónde está entonces el narcisismo de las pequeñas diferencias? ¿Cómo mantener el amor de sí cuando esas espinas interpersonales parecen desaparecer? ¿Estaríamos hablando de un sentimiento de amor entre todos? Freud va a decir que no. Con efecto, estas espinas van "a regresar" en las relaciones intergrupales. Varios ejemplos muestran esto: etnias emparentadas que se repelen, familias que se unen por matrimonio (una se encuentra mejor que la otra), el inglés que habla mal del escocés, y así por delante. (1921/2011)

Pero también en otras situaciones, como cuando ocurren las grandes catástrofes, la hostilidad es suspendida: el hambre puede agrupar a los sujetos por más diferentes que sean (1912/2006). Es decir, la solidaridad humana sólo aparece en la base de la presión y necesidad. A los que creen que el hombre, en su esencia, es bueno por naturaleza, Freud retrucaría: ¿será?

En *El malestar en la cultura* (1930/1976), al reflexionar si bondad o maldad serían inherentes al humano, Freud aborda nuevamente el narcisismo de las pequeñas diferencias. En este momento, afirma que el ser humano posee dos impulsos básicos: los impulsos sexuales y los impulsos destructivos, y defiende la idea de que el hombre necesita someterse a una doble renuncia: a la realización inmediata de las pulsiones sexuales y a las pulsiones destructivas (pulsión de muerte). Con respecto a estas últimas, considera que existen algunas situaciones donde la tendencia a la agresión puede ser 'descargada'; y, dentro de las situaciones que enumera, se refiere a la cuestión del *narcisismo de las pequeñas diferencias*.

Distintamente de lo que venía hablando con el narcisismo de las pequeñas diferencias, Freud no se refiere a la unificación del yo o de un grupo, como en los textos anteriores (1918 y 1921). No se trata de la unidad del yo o del grupo. Lo que pasa a ser puesto en destaque es la exclusión, el rechazo del otro... llegando a considerar que un grupo puede unirse por amor, siempre que queden otros individuos para que se exteriorice la agresividad. En otras palabras, ya no es la necesidad de calentarse que une.

Así, en 1921, el grupo se une alrededor de un objeto que es colocado como un ideal, haciendo que unos se identifiquen con los demás (como hermanos indiferenciados). Es decir, el conjunto de individuos posee un líder - religioso, político, etc... - y este líder es idealizado. Ya en 1930, la unión de los individuos entre sí va a funcionar como un pretexto para el ejercicio de la destructividad. La unión va a permitir la hostilidad de los que no pertenecen al grupo, en función de una tendencia destructiva.

Antes de pasar a la cuestión de la intolerancia como efecto generado por el prejuicio, es importante señalar cuáles son los marcadores de la diferencia que se expresan en este narcisismo de las pequeñas diferencias. Entre los que más vemos operando, podemos apuntar la sexualidad, el género, la clase, la raza, la religión. Marcadores que van a funcionar, en la perspectiva del psicoanálisis, con el objetivo mayor de preservar las identidades, impidiendo que se sientan amenazadas.

Otro aspecto notable: cuando hablamos de la dificultad del hombre de relacionarse con lo diferente, cabe recordar que se trata de pequeñas diferencias, y no de diferencias radicales; los rasgos de la diferencia que, en el fondo, van a remitir a algo del propio sujeto. Lo que Freud llamará "extraño familiar", algo que se remonta a un secreto familiar que fue reprimido y retorna distorsionado (Freud, 1919/1996). Para representar lo que quiere decir con la sensación de extrañamiento, Freud cuenta su propia experiencia: al verse inadvertidamente reflejado en un espejo, piensa tratarse de otra persona y, peor, antipatiza con la figura que ve.

Con estas consideraciones, constatamos que el narcisismo de las pequeñas diferencias crea impases con relación a la aceptación del otro - la dicha diferencia que con frecuencia es mucho más semejante a nosotros de lo que podemos suponer.

Pero ¿qué puede suceder de ahí? ¿Qué la cohesión de características y rasgos comunes causa o puede causar? Veamos la formación de un grupo alrededor de una bandera común o de características similares, como por ejemplo el caso de un grupo de mujeres luchando contra el patriarcado. Este grupo puede aferrarse a una lucha específica, secundando otras cuestiones como objetivo de su lucha, tales como el colonialismo, el racismo o el capitalismo, sin darse cuenta de cuánto estas cuestiones están conectadas a su bandera. Otro ejemplo sería un sindicato que pretende luchar contra el capitalismo dejando de lado el racismo, el patriarcado, y así sucesivamente...

Ante esto, queda la indagación - ¿estos grupos no generarían un individualismo exacerbado, provocando, con esto, un narcisismo de las pequeñas diferencias? Vean bien, no es que la lucha de las mujeres no sea legítima, sino que debe tener en cuenta otras luchas con las que tiene afinidades. Judith Butler considera que la lucha de las mujeres sólo tiene sentido si también se articula con la lucha de los negros, de los homosexuales, etc., lo que ella designa como perspectiva interseccional - en la que se sugiere que diferentes categorías interactúan en niveles múltiples y simultáneos).  
Optar por una lucha específica nos parece ser del orden de un esencialismo de la diferencia; o sea, al tener en cuenta un marcador específico de la diferencia, se crea un grupo identitario, grupo que puede sentirse víctima, devotando al otro un odio, un resentimiento muy próximo al que sus propios miembros sufrieron.  
Como señala Mbembe (2014), el deseo de diferencia, al llevar a la creación de un grupo, emerge de una experiencia de discriminación, de exclusión; su formación se debe justamente al hecho de que sus miembros no fueron incluidos, reconocidos como teniendo derechos. El establecimiento de este grupo no significa necesariamente un 'querer tener poder', 'querer acabar con el otro'; su propósito puede tener que ver con querer ser protegido, querer preservarse de un peligro. Para Mbembe, es válido proclamar la diferencia, siempre que esta proclamación se configure como un proyecto en que la humanidad de cada uno no es robada. Es justamente ahí que puede residir el punto de virada del prejuicio para la intolerancia - cuando se roba la humanidad del otro, pues se pasa a desconsiderar al otro, la vida del otro no tiene valor; sin embargo, esta vida se constituye como una amenaza a mi vida porque reivindica un lugar, un derecho.  
De esta manera, cuando se radicaliza el narcisismo de las pequeñas diferencias en estas prácticas de exclusión, estigmatización, inferiorización y / o discriminación, encontramos con la intolerancia, la intolerancia en relación a la alteridad. Sin embargo, aunque la intolerancia se funde con la imposibilidad de convivencia del sujeto y del grupo social con la diferencia del otro, no podemos decir que todo se resuelve al simplemente aceptar la diferencia del otro. El cliché "Viva la diferencia!" es tan peligroso como su opuesto, "¡Somos todos iguales!". Lo que realmente está en juego es la paradoja existente entre lo que soy y lo que el otro es: el otro es un extraño familiar. De ahí podemos decir que la diferencia que amenaza, que incomoda, es justamente la diferencia que cada uno lleva dentro de sí mismo. Lo diferente es el extranjero dentro de cada uno de nosotros.  
En esta perspectiva podemos registrar que, en la actualidad, el movimiento nacido de la necesidad de tolerancia a todas las diferencias, el famoso "políticamente correcto", contrario al racismo y al fascismo, está a punto de convertirse en una nueva modalidad de fundamentalismo.

De todo lo que dijimos hasta aquí, parece quedar patente que el prejuicio e intolerancia son ideas bastante controvertidas: el prejuicio no es algo innato ni determinado por los dictámenes de la sociedad; ser tolerante puede ser tan peligroso como ser intolerante. Los prejuicios que, por un lado, parecen existir en nombre de la preservación de la identidad, pueden, cuando exacerbados, llegar a ser bastante peligrosos; a su vez, la tolerancia exacerbada puede acabar transformándose en una intolerancia impar.  
Es necesario todavía abordar el aspecto clínico que caracteriza la contribución psicoanalítica a esta cuestión. ¿Cómo lidiar con situaciones donde la intolerancia impera, fruto de un prejuicio exacerbado? ¿O con circunstancias en las que un exceso de tolerancia desemboca en una sumisión total, anulando al sujeto? Ambas situaciones acaban por generar violencia. ¿Qué antídotos utilizar? De salida, podemos decir que el psicoanálisis no tiene un remedio para ello. Pero cuando se dice que el psicoanálisis tiene como objeto de investigación los fenómenos inconscientes, y que el proceso analítico nos lleva a reconocer en nosotros mismos esa zona de desconocimiento remitida a los deseos inconscientes, un gran paso está dado.

El prejuicio nace de la dificultad de vislumbrar y aceptar que no somos señores en nuestra propia casa. Siendo acosados por este no-saber, quedamos sin saber tanto de lo que seremos capaces, cuanto de lo que el otro es capaz. En este sentido, estamos abiertos a lo que puede venir de nosotros y del otro, y que puede ser realmente extraño y destructivo.  
Este es otro modo de indicar cuánto somos vulnerables. El facto de que el otro puede causar daño, y que eso puede generar miedo y dolor es una realidad, pero no significa necesariamente que la reacción a esto deba ser la intolerancia con el otro y, consecuentemente, la violencia como represalia. Significa, sí, que mi vida depende de otros (que me pueden herir, así como puedo herirlos), y no hay nada que yo pueda hacer para evitar este riesgo, nada puede liberarme de esto. En esto consiste mi humanidad y ésta es la humanidad del otro.

La lucha a ser trabada debe ser la lucha por el reconocimiento de que la existencia del sujeto (tanto la mía como la del otro) es una existencia vulnerable. Reconocimiento que se refiere a ser visto, oído, considerado, respetado. Ser reconocido en su condición de sujeto, en su humanidad. Esto es muy diverso, más difícil y más complejo que reconocer la identidad del otro. En verdad, lo que las políticas identitarias contemporáneas han hecho es justamente reconocer las identidades sexuales, étnicas, culturales, acabando por atribuir la condición de víctima a estas identidades. Por ejemplo, lo que está en juego con respecto a las cuotas raciales y sociales (en las universidades o en el mercado de trabajo) no es reconocer la identidad racial o social de alguien; lo que está ahí implicado es la necesidad de una restitución y reparación de la humanidad de aquellos individuos. Lo que se negó, en estos casos, fueron las mismas oportunidades. Esta es la raíz de la intolerancia: se confiere menos oportunidades como consecuencia de concebir el otro como menos que humano (casi un no humano, un bárbaro, un primitivo).

Para Judith Butler (2006), el proceso de reconocimiento de la alteridad del otro se da a partir del reconocimiento de una alteridad de sí, de su propia vulnerabilidad. Por eso no basta ver al otro como diferente, pues este diferente puede ser interpretado como extranjero, volviéndose odiado, execrado, amenazador. Todas las veces en que soy intolerante con el otro estoy negando mi vulnerabilidad, tanto la mía como la del otro. En estos términos, pensar el lazo social (lazo entre los puerco espinos que somos) como un lazo por la vulnerabilidad puede constituirse como un antídoto. Esta es la condición para pensar una vía posible de convivencia.

En la clínica, no se trata de barrer de nuestro campo nuestros deseos y nuestros afectos, cualesquiera que sean ellos. Reconocer el prejuicio en lo humano es dar existencia a nuestra humanidad. Con una reserva importante: reconocer no es aceptar. Concluyo, aquí, con las palabras de Butler (2006): "Demandar reconocimiento o ofrecerlo no significa pedir que se reconozca lo que cada uno ya es. Significa invocar un devenir, instigar una transformación, exigir un futuro "(p.72).

Referencias Bibliográficas

Butler, J. (2006). *Vida precária: el poder del duelo y la violência*. Buenos Aires. Paidos, 192 p

Freud, S. (1908). La morale sexuelle “civilisée” et la maladie nerveuse des temps modernes. Paris. Presses Universitaire de France, 1969.

\_\_\_\_\_\_\_\_. (1912). Sobre la más generalizada degradación de la vida amorosa*. Obras completas,* v. XI. Buenos Aires: Amorrortu, (2006)

————. (1918). Tabú de la virginidad. *Obras completas*, v. XI. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1976.

\_\_\_\_\_\_\_\_. (1919). O Estranho. *Obras completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro, Imago, (1996)

————. (1921). Psicología de las masas y análisis del yo. *Obras completas*, v. XVIII.

Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1976.

————. (1930). El malestar en la cultura. *Obras completas*, v. XXI. Buenos Aires:

Amorrortu Editores, 1976.

————. (1933). ¿Por qué la guerra? *Obras completas*, v. XXII. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1976.

Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra.* Portugal, Antígona, 312 p.

Reino, L.M.G. & Endo, P. C. (2011) Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. Trivium, vol. 3 no. 2 Rio de Janeiro jul/dez.